

continuação



INSTITUTO TELEMAR

CNPJ: 04.256.109/0001-45

d. Contribuir com programas de desenvolvimento, destinados prioritariamente às camadas menos favorecidas da população, realizadas por entidades sem fins lucrativos, de alto prestígio na comunidade onde tais programas se apliquem.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração do Instituto, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 – Instituto sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Instituto sem finalidade de lucros. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2016.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto nas aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade e seus valores foram arredondados para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. As informações sobre estimativas e premissas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações contábeis do próximo exercício financeiro, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

• Nota nº 06 – Imobilizado.

2.5. Principais práticas contábeis adotadas

2.5.1. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram contabilizadas segundo o princípio de competência de exercícios. Os valores vinculados a Lei de Incentivo Fiscal, portanto sujeito a prestação de contas, foram reconhecidos ao resultado na medida da efetivação dos respectivos gastos. Doações de bens patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio social. Os valores do superávit ou déficit foram incorporados ao Patrimônio Social. Os superávits apurados em cada exercício fiscal são integralmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos estatutários da Entidade.

2.5.2. Ativos e Passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.5.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na nota explicativa nº 3.

2.5.4. Contas a receber

Estão apresentadas a valores de realização, deduzida, quando aplicável, de provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. Informações referentes à abertura das contas a receber estão demonstradas na Nota Explicativa nº 4.

2.5.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração
Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais, da mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 6.

2.5.6. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2015.

2.5.7. Benefícios fiscais e obrigações tributárias

A Entidade, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, é retido na fonte. O PIS/PASEP - Programa de Integração Social e de Formação do Servidor Público é calculado na base de 1% da folha de pagamento.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa	1.681	2.431
Bancos conta movimento - recursos com restrição (i)	899.957	-
Bancos conta movimento - recursos sem restrição	262.482	495.802
Aplicações de liquidez imediata - recursos sem restrição (ii)	25.015.381	35.614.097
	26.179.502	36.112.330

(i) Refere-se a recursos depositados em conta bancária específica com restrição de movimentação decorrente de cláusula contratual por força de projeto em execução.

	2015	2014
Banco do Brasil S.A.	899.957	-

(ii) A fim de remunerar sua disponibilidade, a Entidade busca alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira de baixo risco e com liquidez imediata, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) no Banco do Brasil S/A com garantia limitada a R\$ 250 mil do FGC – Fundo Garantidor de Créditos e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

4. Contas a receber

Refere-se a contribuições de associados e outros valores a receber, conforme composição a seguir:

	2015	2014
Doação Oi Móvel S.A.	-	184.285
Outros	53.875	67.297
	53.875	251.582

5. Despesas antecipadas

	2015	2014
Assinatura de boletins/jornais/revistas	5.149	7.327
Prêmios de seguros a apropriar	52.634	4.860
Software a apropriar (i)	262.606	156.267
Outras despesas a apropriar	33.299	30.657
	353.689	199.111
Circulante	232.165	129.234
Não circulante	121.524	69.877

(i) Refere-se à aquisição de licenças de softwares (antivírus e ADO-ETLA EDUC), com prazo determinado, para os projetos das escolas NAVE e Oi KABUM!. Sendo efetuada a transferência do risco e benefício das tecnologias. Os softwares serão amortizados de acordo com o seu tempo de licença em uso.

6. Imobilizado

	Taxa de depreciação	Em 31 de dezembro de 2015			
		Valor líquido em 2014	Adições	Depreciação	Valor líquido em 2015
Edificações	4%	595.776	-	(31.423)	564.353
Máquinas e equipamentos	10%	1.205.374	352.920	(234.094)	1.324.200
Computadores e periféricos	20%	870.441	178.546	(300.199)	748.788
Móveis e utensílios	10%	1.087.514	87.113	(57) (299.436)	875.134
Obras em andamento (i)	-	1.134.932	171.099 (1.306.031)	-	-
Acervo bibliográfico	-	23.434	-	-	23.434
Acervo museu	-	36.600	-	-	36.600
		4.954.071	789.678	(865.152)	3.572.599

(i) Refere-se à baixa dos gastos pré-operacionais realizados com a estruturação do projeto do Novo Centro Cultural que integraria o Circuito Cultural Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, uma vez que em 2015, o Instituto decidiu não implementar o referido projeto, face à reorientação da política cultural do novo governo do Estado de Minas Gerais.

	Taxa de depreciação	Em 31 de dezembro de 2014			
		Valor líquido em 2013	Adições	Depreciação	Valor líquido em 2014
Edificações	4%	627.199	-	(31.423)	595.776
Máquinas e equipamentos	10%	1.150.509	249.480	(194.615)	1.205.374
Computadores e periféricos	20%	802.958	384.185 (2.638)	(314.064)	870.441
Móveis e utensílios	10%	1.327.045	88.711	(328.242)	1.087.514
Obras em andamento	-	-	1.134.932	-	1.134.932
Acervo bibliográfico	-	23.304	41.530 (41.400)	-	23.434
Acervo museu	-	36.600	-	-	36.600
		3.967.615	1.898.838	(44.038)	4.954.071

7. Intangível

	Em 31 de dezembro de 2015			
	Saldo líquido em 2014	Adições	Amortização ano	Saldo líquido em 2015
Softwares em elaboração	-	80.000	-	80.000
		80.000		80.000

Refere-se ao Desenvolvimento do Sistema Único de Editais. Site para inscrição dos editais dos programas Oi Novos Brasis, Patrocínio Cultural Incentivado, Patrocínio Esportivo Incentivado e Fundo da Infância e da Adolescência, e respectiva gestão dos projetos.

A aquisição do software foi em abril de 2015 e teve uma adição em setembro de 2015 de R\$20 mil. Até a presente data não ocorreram amortizações, tendo em vista que o software está em fase de elaboração e teste.

8. Fornecedores de bens e serviços

	2015	2014
Fornecedores de bens e materiais de consumo	3.469	100.227
Prestadores de serviços a pagar	88.324	65.289
Outras contas a pagar	86.125	51.955
	177.918	217.471

9. Obrigações trabalhistas e sociais

	2015	2014
Contribuições sindicatos a recolher	863	863
Provisão de férias e encargos FGTS a pagar	468.000	428.780
Previdência social a pagar/recolher	31.573	27.577
PIS a pagar	164.002	189.116
	669.491	651.035

10. Obrigações fiscais e tributárias

	2015	2014
IRPF a recolher (assalariados)	66.480	62.558
IRPF a recolher (autonomos)	3.498	4.434
IRRF PJ a recolher	11.292	18.062
Cofins/CSLL/Pis a recolher	67.691	59.272
ISSRF a recolher	18.632	19.751
ISSQN a pagar	12.053	10.532
Outras obrigações fiscais e tributárias	23.948	9.277
	203.594	183.886

11. Recursos de projetos em execução

Refere-se ao saldo apurado em 31 de dezembro de projeto cultural, cuja aplicação ocorrerá no exercício seguinte e refere-se a recursos recebidos da Oi S/A no âmbito da Lei Rouanet dentro do Programa Nacional de Apoio a Cultura do Ministério da Cultura.

	2015	2014
Oi S/A - Museu das Telecomunicações, modernização, treinamento e equipamentos para tratamento de acervo e projeto especial de democratização de acesso Pronac 1510718	900.000	-

12. Patrimônio líquido

12.1 Patrimônio social

O patrimônio social incorpora os resultados apurados em cada exercício, as doações de bens patrimoniais e os ajustes decorrentes de retificação de erros imputáveis a determinados exercícios anteriores não atribuídos a fatos subsequentes.

13. Resultado bruto

Registra os recursos recebidos provenientes de doações e contribuições de seus associados, de outras pessoas físicas e jurídicas e de receitas resultantes de suas atividades culturais, deduzidas de impostos e contribuições sobre elas incidentes e os recursos recebidos e utilizados de convênios firmados com órgãos públicos e de leis de incentivo.

13.1. Recursos de leis de incentivo a cultura

Órgão Público	2015	2014
Lei Federal de incentivo à Cultura - Lei Rouanet	-	243.204
Valores utilizados: Portugal Telecom	-	243.204

13.2. Receita de doações e contribuições de associados

	2015	2014
Oi MÓVEL S/A	-	51.071.307
Oi INTERNET S/A	10.041.390	-
	10.041.390	51.071.307

O Instituto recebeu de sua mantenedora em 2014, o aporte adicional de R\$27 milhões para o desenvolvimento e execução de projetos sócio ambientais em decorrência do Subcrédito social vinculado a empréstimos contratados, pela mantenedora, junto ao BNDES. Deste total, 50% seria destinado à construção do Novo Centro Cultural que integraria o Circuito Cultural Praça da Liberdade em Belo Horizonte. Em 2015, o Oi Futuro decidiu não implementar o referido projeto, face à nova política cultural do Estado de Minas Gerais. Desta forma, este montante foi considerado como antecipação de receita de doação a ser utilizada em investimentos correntes dos diversos Programas do Instituto desenvolvidos no ano de 2015.

13.3. Receitas de atividades culturais

	2015	2014
Espaço Cultural Oi Futuro – Bilieteria Teatro	279.683	315.254
(-) Impostos (ISS)	(12.864)	(13.848)
(-) Contribuições Sociais (COFINS)	(8.390)	(9.456)
	258.429	291.950

14. Receitas financeiras

	2015	2014
		(Ajustado)
Com restrição	-	3.050
Receitas financeiras	-	3.050

Sem Restrição

Descontos obtidos	468	13.860
Renda de aluguéis e arrendamentos	13.822	10.471
(-) COFINS renda de aluguéis e arrendamentos	(415)	(432)
Rendimentos de aplicações financeiras	3.991.419	2.096.707
(-) Imposto de renda retido/provisionado	(707.528)	(444.411)
(-) IOF retido/provisionado	(1.498)	(31)
Variação monetária ativa	52	1.616
(-) COFINS receitas financeiras	(79.672)	-
	3.216.648	1.677.780

15. Custos dos serviços sociais e culturais prestados

Registra os gastos diretos e indiretos vinculados à execução de programas sociais próprios e do apoio a área de Educação (Nave e Oi Kabum!) e a outras instituições selecionadas por editais nas áreas de Cultura e Sustentabilidade, visando à transformação social, a criação de oportunidades, o acesso ao conhecimento e o estabelecimento de novos modelos de referência capazes de construir um futuro melhor:

	2015	2014
Cultura	(5.721.289)	(4.230.060)
Educação	(11.513.162)	(16.747.056)
Sustentabilidade	(3.261.091)	(3.272.093)
	(20.495.542)	(24.249.209)

16. Despesas gerais e administrativas

Registra as despesas realizadas pelo Instituto Telemar na execução de seus objetivos estatutários.

	2015	2014
Despesas de pessoal com vínculo empregatício		
Salários e outros proventos	(1.940.122)	(1.787.790)
Encargos sociais (i)	(650.357)	(594.222)
Benefícios e outras despesas de pessoal (ii)	(614.663)	(508.346)
(-) Participação dos colaboradores	77.385	53.470
	(3.127.757)	(2.836.888)
Despesas de pessoal sem vínculo empregatício (iii)	(61.091)	(8.890)
Outras despesas gerais e administrativas e de infra estrutura (iv)	(1.180.932)	(2.650.545)
	(4.369.780)	(5.496.323)

(i) Referem-se à contribuição previdenciária patronal, FGTS e PIS;

(ii) Referem-se à condução urbana, alimentação, seguro de vida em grupo, planos de assistência médica e odontológica, auxílio-farmácia, auxílio-creche, plano de previdência privada e treinamento/aperfeiçoamento profissional;

(iii) Referem-se a estagiários e serviços de autônomos incluindo contribuição previdenciária patronal;

(iv) Referem-se a aluguel e condomínio, bens de pequeno valor, comunicação, condução e lanches, contribuições a entidades de classe, informática, legais e judiciais, diárias e outras despesas de viagem, energia elétrica, água e esgoto, serviços gráficos, jornais e revistas, manutenção e reparos de bens móveis e imóveis, dentre outros.

17. Despesas tributárias

	2015	2014
Impostos, taxas e contribuições federais	(11.271)	(7.569)
Impostos, taxas e contribuições estaduais	(2.280)	(546)
Impostos, taxas e contribuições municipais	(9.439)	(2.819)
	(22.990)	(10.934)

18. Despesas financeiras

	2015	2014
Comissões e despesas bancárias	(5.633)	(7.441)
Juros e multas de mora	(14.110)	(18.832)
Variação monetária passiva	-	

continuação



INSTITUTO TELEMAR

CNPJ: 04.256.109/0001-45

DIRETORIA EXECUTIVA

José Augusto da Gama Figueira
Diretor PresidenteRoberto Terziani
Diretor Vice-PresidenteMarco Norci Schroeder
DiretorJosé Luiz Gattas Hallak
Diretor

DIRETORIA OPERACIONAL

Sara Crosman
Diretoria Administrativa e Financeira

CONTADOR

Rui de Sá Rodrigues
CRC/RJ Nº 075.440/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Srs. Membros da Assembléia Geral:
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do INSTITUTO TELEMAR e de acordo com as disposições legais e estatutárias vigentes, examinamos o Relatório Anual e as Demonstrações Contábeis apresentados pela Diretoria referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nas análises efetuadas e no Parecer dos Auditores Independentes, somos de opinião que os referidos documentos merecem a aprovação dos senhores membros da Assembléia Geral.

Rio de Janeiro, 03 de Março de 2016.

David Tavares N. Nunes
ConselheiroEurico de Jesus T. Neto
ConselheiroMarcelo Augusto S. Ferreira
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Instituto Telemar

Rio de Janeiro - RJ Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Telemar ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Telemar em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2016.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RJ
Julian Clemente
Contador CRC 1SP 197232/O-6 - S - RJ

Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2

CEVA Logistics encerra balanço financeiro de 2015 com uma receita de US\$ 7 bilhões

Forte desempenho é resultado de melhorias de forma generalizada nas operações

A CEVA Holdings LLC, uma das líderes globais em gestão de cadeia de suprimentos não baseada em ativos, divulgou, recentemente, os resultados do exercício de 2015 encerrado em 31 de dezembro de 2015. "A nova estratégia da empresa lançada em 2015 está produzindo resultados positivos, mesmo com um cenário econômico volátil. Das 17 regiões em que estamos divididos, 15 apresentaram o desempenho esperado ou acima das expectativas em 2015, o que mostra que o modelo operacional está funcionando. Vemos também várias oportunidades para melhorar ainda mais o nosso EBITDA em 2016, impulsionado por investimentos contínuos em nossas equipes de vendas em campo", explica Nadia Ribeiro, vice-presidente executiva da CEVA Logistics na América do Sul.

A empresa encerrou 2015 com uma receita de, aproxi-

madamente, US\$ 7 bilhões. Os processos e melhorias de produto em andamento em todas as linhas de negócio continuam a produzir resultados e a ênfase em rotas comerciais de qualidade permitiu ganhar participação nas principais rotas ao longo do ano. "Nossa transformação organizacional continua e, recentemente, renovamos o nosso foco em aumentar as oportunidades dentro da nossa organização de transporte terrestre. O investimento agressivo da CEVA em equipes de vendas em campo permitiu captar novos clientes com sucesso em 2015, em particular pequenas e médias empresas", ressalta Xavier Urbain, CEO da CEVA.

O EBITDA da área de Gerenciamento de Fretes aumentou para US\$ 70 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior em moeda constante, um aumento de 241%. O desempenho do EBITDA no 4º trimestre foi de US\$

15 milhões, um aumento de 20% em relação ao mesmo período no ano. O volume anual de transporte aéreo cresceu marginalmente e, apesar de uma alta temporada curta, as exportações da Ásia apresentaram desempenho relativamente bom no 4º trimestre. O negócio de Transporte Aéreo superou o mercado no 4º trimestre devido a vários novos negócios fechados em rotas comerciais selecionadas da Europa para a China. O volume de Transporte Marítimo apresentou baixo desempenho comparado ao mercado, todavia, a empresa continuará focada em rotas comerciais atrativas. Uma abordagem estratégica de contratação em um ambiente de taxas baixas contribuiu para a melhoria de margem tanto em Transporte Aéreo como em Transporte Marítimo.

O pipeline de novos negócios de Gerenciamento de Fretes continuou a crescer no 4º trimestre, 12% acima

do ano anterior. A linha de negócios também continua a se concentrar em melhorias de sistema, melhorias de processo e controle de custos. Uma ênfase renovada nas atividades de transporte terrestre e um foco inicial no fortalecimento das operações nos EUA deverão trazer benefícios adicionais no futuro.

Frente às condições voláteis de mercado, a receita anual de Contratos Logísticos aumentou 1,5% em relação ao mesmo período no ano anterior quando ajustada em relação a alienações, em moeda constante, resultando em um desempenho estável do EBITDA de US\$ 202 milhões, em relação ao ano anterior. A receita do 4º trimestre foi um pouco menor, impulsionada pelos volumes reduzidos em determinadas regiões geográficas, bem como pela volatilidade econômica. No entanto, os volumes dos setores de Consumo & Varejo e Farmacêutico apresentaram

crescimento contínuo no 4º trimestre de 2015. Isso impactou negativamente o desempenho do EBITDA de US\$ 51 milhões no 4º trimestre, uma queda de 6,8% em relação ao ano anterior. A linha de negócios continua seu foco no desenvolvimento dos níveis de serviço e produtividade através das melhores práticas e benchmarking.

O pipeline de Contratos Logísticos manteve a tendência de crescimento, fechando com alta de 14% em relação ao ano anterior, com oportunidades importantes nos setores Automotivo, Farmacêutico e Consumo & Varejo. Os negócios significativos de longo prazo e importantes renovações de contrato colocou a empresa em boa posição para 2016 e nos próximos anos. Embora se espere um ambiente econômico desafiador ao longo dos próximos 12-24 meses, a CEVA acredita no progresso positivo no negócio de gestão da ca-

deia de suprimentos (4PL) em 2016.

O pipeline global de negócios da CEVA continua forte. A taxa de fechamento de negócios no ano foi de 21% em Contratos Logísticos e de 28% em Gerenciamento de Fretes, ambas consistentes com o ano anterior. 2015 também apresentou um crescimento extraordinário nas equipes de vendas em campo com aumento de 45% no número de colaboradores em tempo integral comparado ao ano anterior.

Considerando as turbulências do mercado, o forte desempenho da CEVA em 2015 é resultado de melhorias de forma generalizada, com a identificação de oportunidades para garantir que o negócio continue a ser forte. Este é um resultado direto do robusto modelo operacional, da experiente equipe de gestão contratada há um ano, bem como da força de trabalho dedicada ao redor do mundo.

Custos industriais sobem 8,1% em 2015 após pressão do dólar

Elevação dos preços da energia também prejudicaram

O indicador de custos industriais cresceu 8,1% em 2015, contra o ano anterior, informou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ontem. Este foi o segundo maior aumento da série histórica, que tem início em 2007.

"Com exceção do custo tributário, que apresentou retração em 2015, todos os componentes contribuíram para o crescimento dos custos industriais. Os aumentos mais expressivos se verificaram nos custos com energia (38,9%), com bens intermediários importados (34,2%) e com capital de giro (16,3%)", acrescentou a entidade.

A Confederação Nacional da Indústria observou que, apesar de sua baixa participação no indicador, esses componentes (energia e bens intermediários importados) sofreram aumentos tão expressivos em 2015 que influenciaram sig-

nificativamente o aumento do indicador.

"O custo com bens intermediários importados se destaca na composição do crescimento do Indicador em 2015, representando 2,6 pontos percentuais do crescimento de 8,1%. O aumento do custo com energia também deve ser mencionado, pois representa 1,1 ponto percentual do aumento de 8,1% no ICI total", informou a entidade.

A alta no custo com bens intermediários importados se deve, ainda de acordo com a CNI, principalmente à desvalorização do real em 2015 (alta do dólar de quase 50%). "Já a elevação dos preços de energia elétrica pode ser atribuída à operação do sistema no limite de fornecimento em parte do ano, com acionamento das termoeletricas, fontes de energia mais caras que as regulares", acrescentou.

O aumento de 16,3% do custo com capital de giro, por sua vez, acompanhou as decisões do Banco Central em elevar a taxa básica de juros - que passou de uma média de 11% ao ano em 2014 para 13,5% ao ano em 2015, alta de 22,9%. "A elevação das taxas de juros, embora necessária para controle da inflação, gera altos custos de financiamento para as empresas e deprime ainda mais o investimento em momentos de crise", avaliou a CNI.

Por conta da crise econômica enfrentada em 2015, a Confederação Nacional da Indústria informou que o setor "não foi capaz de repassar para os preços todo o aumento de custos, sofrendo redução em sua lucratividade". "Enquanto o aumento de custos foi de 8,1% em 2015, os preços de produtos manufaturados cresceram 7% no ano", informou.

Governo diz que voltará a obter superávit primário em 2017

Estimativa consta no projeto de lei que muda ajuste

Wellton Máximo - ABr

Apesar das previsões contrárias das instituições financeiras, o governo espera que o país volte a registrar superávit primário - economia para pagar os juros da dívida pública - a partir de 2017. A estimativa consta do projeto de lei que altera a meta fiscal deste ano, anunciado na semana passada e enviado ontem ao Congresso.

O projeto altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para que o Governo Central - Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - encerre o ano com déficit primário de R\$ 96,7 bilhões. O déficit primário é o resultado negativo nas contas do governo antes do pagamento dos juros da dívida pública.

O resultado negativo poderá ficar maior porque uma cláusula com valor em aberto permitirá o abatimento das renegociações das dívidas dos estados e do Distri-

to Federal. Segundo o Ministério da Fazenda, a União pode deixar de receber até R\$ 6 bilhões este ano, o que elevaria o déficit para R\$ 102,7 bilhões.

Depois do resultado negativo este ano, a equipe econômica projeta superávit primário de R\$ 71,27 bilhões, o equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) para 2017. O resultado engloba não apenas o Governo Central, mas as contas dos estados e dos municípios. Para 2018, o governo estima superávit de R\$ 122,5 bilhões: 2% do PIB.

"O cenário macroeconômico projetado, juntamente com a elevação gradual do resultado primário, permitirá a sustentabilidade da política fiscal, já que a dívida bruta do Governo Geral como proporção do PIB apresenta queda a partir de 2018. Assim, a trajetória de superávit definida é suficiente para garantir a sus-

tentabilidade da dívida bruta no médio prazo", destacou o governo no projeto de lei.

As projeções da equipe econômica, no entanto, divergem das estimativas do mercado. Segundo o boletim Focus, pesquisa do Banco Central (BC) com instituições financeiras, os analistas preveem déficit primário de 1% do PIB em 2017 e de 0,5% do PIB em 2018.

Em relação à economia, o governo prevê queda de 3,05% do PIB este ano, mesmo número que consta no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado na semana passada pelo Ministério do Planejamento. A equipe econômica estima crescimento de 1% do PIB em 2017 e de 2,9% em 2018.

Os números também divergem das projeções do mercado financeiro. Segundo o boletim Focus, os analistas preveem contração de 3,66% do PIB este ano e crescimento de 0,35% em 2017.